



Aos

Órgãos de Comunicação Social

Agradecemos a vossa melhor atenção para o seguinte:

Exmos Senhores,

Conforme é do vosso conhecimento, esteve hoje em Vila Real, o Candidato da CDU ao PE, Mário Martins.

Na sua deslocação o Candidato visitou uma Exploração Leiteira e um Baldio, em Pinhel Cel. Recordamos que estas duas questões têm merecido da parte da CDU, preocupações acrescidas nos últimos tempos, pelas razões que mais uma vez nos fizeram sentir os Agricultores atingidos e que são as seguintes:

Quanto às questões do Leite, continuamos a verificar que os elevados preços dos factores de produção, são o aspecto mais preocupante e o que mais tem contribuído para o abandono de inúmeras Explorações no Distrito. Em Portugal, os últimos tempos, têm sido férteis em notícias e informações que dão conta da gravidade da situação. Os produtores de leite, designadamente da Região de Entre Douro e Minho debatem-se com o baixo preço a que vendem o seu Leite e viram aumentar o preço das rações em cerca de 25% e o gasóleo cerca de 7%.

Suscitada foi também a questão das **ajudas Comunitárias, que na Alemanha por ex: são o dobro das concedidas aos Portugueses**, facto que cria **desigualdades entre Agricultores da União Europeia**.

Quanto aos Baldios, foi abordada a recente proposta de Projecto Lei do PSD e CDS/PP discutida e votada na Assembleia da República, no pretérito dia 2 de Abril. Esta no nosso entender e na do Conselho Directivo que visitamos, é, antes de mais, uma afronta à Constituição da República e uma provocação aos povos serranos.

Vinte e um anos volvidos sobre a apresentação do último Projecto Lei nº 163/VI destes mesmos autores, eis que de novo voltam à carga, ontem como cordeiro assaz interessado em transferir a propriedade baldia para a propriedade privada das autarquias, hoje, como lobos uivantes com uma arrogância incontida contra a propriedade comunitária e os direitos ancestrais das comunidades e seu legítimo património.

Ontem como hoje afrontam e ofendem a honra e o trabalho dos Conselhos Directivos de Baldios e Assembleias de Compartes. Ontem como hoje, insinuando que os incêndios eram obra dos defensores do então modelo de gestão, que os baldios não passavam de excrescências (demasias) sócio económicas, que o modelo estava anquilosado. (atrofiado).

Hoje, de novo, um imenso reportório acusador contra os Povos dos Baldios, mantendo no fundamental os argumentos repetitivos e falsos, roçando a hipocrisia.

Ontem como hoje, tenta-se culpabilizar os órgãos gestores pela inexistência de gestão dos baldios, insinua-se que o recrudescimento de conflitualidade na delimitação dos baldios e nas verbas cativas à ordem do Estado, é culpa das comunidades locais, afirmam que os baldios deixaram de ser um complemento da

actividade agrícola, que estão mal aproveitados e mal geridos, dizem que os baldios não estão a produzir os benefícios idealizados, para logo a seguir falar no crescente aumento das receitas resultante da exploração dos baldios, etc.

Tais afirmações contidas na exposição de motivos do projecto lei do PSD e CDS, para além de serem falsas, revelam um completo desconhecimento das competências e obrigações do Estado deste e de anteriores Governos e ministro da Agricultura. A lei diz que é “ ao Estado que compete tecnicamente a execução dos programas anuais de trabalho relativo à instalação, condução e exploração dos povoamentos, à construção e conservação de infra-estruturas, ao melhoramento e exploração de outros recursos endógenos nas áreas baldias”. Ao refugiarem-se nestas argumentações não só pretendem alijar as suas responsabilidades, por um lado e por outro, não são capazes de fazer mea culpa, pelo estado a que chegou a floresta e os baldios na região, por toda uma política de desastre económico-social e ambiental. É um acto de descaramento e falta de pudor!

O que o Governo e os partidos que o sustentam na A.R. pretendem, é transformar a propriedade comunitária dos compartos consagrados na Constituição da República, num simples património autónomo, entregando ulteriormente a gestão, seja às Juntas de Freguesia, seja às Câmaras, seja às Comunidades Intermunicipais, seja directamente a privados. Pretendendo desta forma descaracterizar os baldios enquanto bens comunitários, para posteriormente os atacar, os alienar, os extinguir. Pretendem ainda, subverter o conceito de comparte, estendendo-o a todos os cidadãos da Freguesia, espoliando as comunidades locais do que é seu, há séculos.

É mais uma inconstitucionalidade deste projecto, por atribuir direito aos baldios a quem não tem ou pode não ter, segundo os usos e costumes, direitos a eles.

O que estes partidos (PSD e CDS) pretendem é uma monstruosidade legislativa e constitucional, semelhante à que o Salazar fez na década quarenta do século passado, quando roubou os baldios aos Povos e forçou a emigração massiva de grande parte dos agricultores e pastores da região.

Para a CDU, este Projecto de Lei enquadra-se numa operação mais vasta de favorecimento das grandes empresas industriais da pasta de papel e celulose (Portucel e ALTRI), de que o Decreto-Lei 96 de 2013, que regula a Arborização e Rearborização no território nacional, justamente apelidada de lei da eucaliptalização, é o mais evidente testemunho.

De facto, e estando este Decreto-Lei em apreciação Parlamentar, por iniciativa do PCP, não podemos deixar de sublinhar que, dando razão aos avisos e denúncias do PCP e de muitas organizações e entidades do sector, o balanço dos processos entrados no Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta, nos primeiros meses da sua vigência, não deixam margem para dúvidas: 91,6% dos processos e da área dizem respeito a novas plantações de eucalipto e apenas 8,4% são de outras espécies, 4,6% dos quais são de pinheiro bravo.

A CDU aproveitou a ocasião para valorizar a notável obra que os Conselhos Directivos e as Assembleias de Compartes realizaram desde que, com o 25 de Abril, tomaram posse, uso e gestão dos baldios.

P¹ª CDU Vila Real

Vila Real, 16 de Maio de 2014

Jorge Humberto

